

As Margens do Discurso em Quatro Eixos

Rosemeri Passos Baltazar Machado ¹

Roberto Leiser Baronas ²

Ana Carolina Bernardinho ³

Luís Fernando da Silva ⁴

RESENHA

¹ Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina; Professora Permanente no Programa em Estudos da Linguagem – PPGEL/UEL; Coordenadora do Projeto de Pesquisa PAD III – *Pesquisas em Análise de Discurso: genealogia/des(construção) do corpo feminino e as dissimetrias de poder nas práticas sociais*. Líder do Grupo de Pesquisa GPAD - Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso; Membro do LABEDISCO/CNPq - Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo; Pós-Doutora pelo Programa em Estudo de Linguagens - PPGEL, da Universidade Estadual da Bahia, *campus I* – Salvador; Membro do GESTELD – Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos, da UNESP; na Linha de Pesquisa Educação, Diversidade, Subjetividades e Discursos. <http://lattes.cnpq.br/4807654796089331> (<https://orcid.org/0000-0002-3000-9941>)

² Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT - Campus Universitário do Araguaia, em Pontal do Araguaia - MT (1994) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Araraquara (2003). Com apoio de Bolsa Capes, desenvolveu sua tese, analisando *slogans* políticos sob a orientação de Edna Fernandes dos Santos Nascimento. Com apoio de bolsa PDEE/Capes, fez doutorado sanduíche na Université Paris Est - Créteil - Val de Marne - França, no Centro de Estudos de Discursos, Imagens, Textos, Escritos e Comunicação - CÉDITEC - sob a supervisão de Simone Bonnafous (2003). Realizou estágio de Pós-Doutorado de um ano com bolsa PDS do CNPq, junto ao Grupo de Pesquisa/CNPq Linguagem, Identidade e Memória, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem/LAEL/Faculdade de Filosofia Comunicação Letras e Artes/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, sob a supervisão de Beth Brait (2012). É o coordenador da Unidade de Pesquisa em Linguística popular - UPLiP/UFSCar. É também um dos coordenadores do Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais - LEEDiM - UFSCar/CNPq. <http://lattes.cnpq.br/4613001301744682> (<https://orcid.org/0000-0003-0758-0370>)

³ Docente no colégio Maxi - Londrina e no colégio Sônia Marcondes - Ibiporã. Doutora em Estudos da Linguagem, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), na linha de pesquisa em texto e discurso, campo Análise do Discurso. Formada em Letras - Licenciatura plena em letras - habilitação em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas. Especialista em Língua Portuguesa. Mestre em Estudos da Linguagem (UEL). Pós-Doutoranda em Estudos da Linguagem/Uel, na área de Análise de Discurso. Membro do Grupo de Pesquisa GPAD - Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso. <http://lattes.cnpq.br/6725023757666224> (<https://orcid.org/0000-0002-4553-9865>)

⁴ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (PPGEN) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Londrina/ PR. Pós-graduado em Psicopedagogia Institucional pela UNOPAR, Câmpus Londrina/PR. Graduado em Letras Anglo-Portuguesas na Universidade Estadual de Londrina. Atualmente é professor de Língua Inglesa para o Ensino Fundamental II e Médio. <http://lattes.cnpq.br/7990713912009698> (<https://orcid.org/0000-0002-4836-4028>)

A escrita desta resenha em grupo, composto por quatro discursivistas em diferentes estágios de carreira, fugindo um pouco do habitual em nosso campo de conhecimento, é justificada devido ao reconhecimento, em comum, de que é possível integrar diferentes perspectivas geracionais, interpretações e modos de (re)significar uma mesma obra. Acreditamos que o trabalho coletivo favorece a troca de ideias, experiências e o aprofundamento crítico, propiciando uma reflexão ampla e plural, bem como uma escrita que valoriza a cooperação e o desenvolvimento analítico dos participantes em relação a mais um pertinente livro de Dominique Maingueneau, intitulado *As margens do discurso* e organizado por Nelson Barros da Costa, Maria da Dores Mendes e José Wesley Matos, publicado em 2025 pela Editora Contexto.

Trata-se de um livro composto por dez capítulos. Esses capítulos em sua grande maioria foram publicados inicialmente em francês em diferentes periódicos. A tradução para o português desses textos foi realizada com muito esmero e rigor técnico por distintos pesquisadores, estudiosos do pensamento de Maingueneau e ligados em alguma medida à Universidade Federal do Ceará – UFC. *Margens do discurso* pode ser pensado a partir de quatro grandes eixos de trabalho: o campo da análise do discurso e as suas relações com a enunciação; a questão da polêmica e do *ethos*; o discurso constituinte: o jurídico e o filosófico e, que por falta de um melhor termo, estamos designando como a questão da multienunciação. Todos esses quatro eixos são em alguma medida marginais, enquanto objeto de estudos na Análise do Discurso (AD) francesa. Essa temática marginal é o que unifica os quatro eixos aparentemente desconexos. Nesta resenha, optamos por tratar dessas temáticas em vez de apresentar cada um dos capítulos

No que concerne ao campo da análise do discurso e as suas relações com a enunciação, Maingueneau revisita e, em alguns casos, ressignifica conceitos já antes explorados por ele e que, inclusive, embasam alguns outros capítulos dessa obra “*As margens do Discurso*”. De início, o autor (2025, p. 12) esclarece, pela sua perspectiva de análise, como os analistas, de fato, deveriam analisar os efeitos de sentido produzidos pelos discursos, considerando-os “como uma prática humana” e, por essa razão, ao trabalhar com determinado discurso é necessário – e diria imprescindível – refletir também acerca do funcionamento da sociedade efetivamente. Na sequência, a partir da análise de 100 artigos publicados na revista *Discourse Studies*, cujo editor é T. Van Dijk, entre 2010 e 2016, Maingueneau problematiza – pertinentemente – que a heterogeneidade da linguagem é negligenciada, pois há uma grande quantidade de publicações que utilizam a Análise da Conversação em *corpora* de interação oral, justificando que essa prática ocorre, muito provavelmente, porque é mais fácil articular a materialidade linguística aos

contextos sociais, em detrimento de *corpus* literário, científico ou mesmo religioso. Nesse contexto, então, a ideia de heterogêneo não é tão heterogênea assim; por isso, é importante reconhecer a necessidade da heterogeneidade do discurso, considerando “as práticas conversacionais” em relação às “práticas instituídas” (2025, p. 16). Para isso, Maingueneau traz à tona as “cenas de enunciação”: englobante, genérica e cenografia, já abordadas por ele, em 1998, como importante base para início de análises, junto à ideia dos “discursos constituintes”, uma vez que o discurso “não é um espaço homogêneo onde qualquer atividade discursiva (desde conversas até textos altamente elaborados) pode ocorrer indistintamente” (2025, p. 18), ou seja, cada prática discursiva se organiza a partir de condições específicas de enunciação, que delimitam quem fala, de onde fala e com que finalidade.

Assim, a análise do discurso, segundo Maingueneau, deve considerar o modo como essas cenas configuram o sentido, revelando as relações entre o texto, o sujeito e as condições sociais e ideológicas em que o discurso se inscreve. E tudo isso é preciso, ainda, considerar uma nova condição de existência dos discursos: a *internet*, que exige leituras outras, decorrente da textualidade navegante dos hipertextos, e a relação humanos e animais, uma vez que, conforme o autor, na atualidade, os humanos têm passado cada vez mais tempo interagindo verbalmente com os bichos. Por fim, Maingueneau (2025, p. 33) afirma que “o enriquecimento do universo do discurso nos obriga a repensar certo número de categorias e procedimentos”, isto é, as transformações das práticas discursivas e, conseqüentemente, dos sujeitos, exigem dos analistas novas ferramentas de análises.

Para tanto, Maingueneau organiza, lado a lado, Pêcheux e Foucault, e as ideias acerca da noção de enunciação a partir de cada um desses autores. Logo nas primeiras linhas, fica evidente que relacionar AD e as teorias da enunciação é uma tarefa que requer cuidado e atenção. Além da dificuldade, o autor adiciona, na sequência, que 1969 é datado como o grande ano da AD: *Langages* publicou um número especial, intitulado “A Análise do Discurso”, com duas importantes obras – “A Análise automática do discurso, de Pêcheux, e “Arqueologia do Saber”, de Foucault. Nesse ponto, Maingueneau (2025, p. 40) problematiza a publicação da revista por considerar que os estudos utilizavam, sobremaneira, a expressão “análise” como equivalente à ideia de estudo, para isso, utilizando “1) textos de qualquer natureza; 2) com ferramentas emprestadas da Linguística; 3) para melhorar nossa compreensão das relações entre os textos e as situações sócio-históricas”, isto é, havia uma ampliação indevida do termo “análise”, que passava a ser usado de forma genérica, sem o devido rigor teórico e metodológico, restringindo-se, muitas vezes, a descrições contextuais dos textos. Diante disso, Maingueneau defende a necessidade de reafirmar a especificidade da Análise do

Discurso, compreendendo-a não apenas como um estudo de textos em relação a seus contextos, mas como uma prática teórica que articula linguagem, sujeito e condições de enunciação na produção de sentido.

A retomada do conflito em relação ao termo análise também é revisitada, agora, abrindo espaço para a ideia de analista, dentro da psicanálise. Pela perspectiva de Pêcheux, conforme as leituras de Maingueneau, a enunciação é responsável por colocar o “dito” em detrimento do que é “não-dito”, explorando, assim, o pré-construído e a pressuposição. Paralelo a isso, o nome “Michel Foucault”, através da influência da publicação “Arqueologia do saber”, deixa evidente que seus trabalhos, ao abordarem discurso, não estavam, necessariamente, retomando nenhuma teoria linguística para se fundamentar, mas sim, a ideia de discurso associado à arqueologia, ou seja, às condições históricas em que se enuncia. Desse modo, ao longo da leitura, Maingueneau evidencia que, embora Pêcheux e Foucault partam de perspectivas distintas — uma ancorada na linguística e na psicanálise, outra na filosofia e na história —, ambos contribuem para a consolidação de um conceito de discurso que ultrapassa a noção de texto como simples estrutura linguística. Em comum, suas abordagens ressaltam que o discurso é atravessado por relações de poder, ideologia e historicidade, sendo a enunciação o espaço em que o sujeito se constitui e produz sentidos a partir das condições materiais e simbólicas que o determinam. Por fim, Maingueneau reafirma a complexidade e a relevância da enunciação como campo de reflexão dentro da Análise do Discurso. Ao reconhecer o caráter paradoxal desse conceito — simultaneamente interno e externo à linguística —, o autor nos convida a compreender que a enunciação não se limita a uma ferramenta metodológica, mas constitui uma perspectiva teórica capaz de articular linguagem, sujeito e sociedade. Sua argumentação evidencia a impossibilidade de reduzir o discurso a um modelo único, já que as práticas discursivas se desenvolvem em espaços heterogêneos e interdisciplinares.

No que tange à questão do *ethos* e da polêmica, Maingueneau (2025, p. 54), de imediato, afirma que tal conceito fora por ele estudado, já desde 1970, época na qual “se interessava, principalmente, pela identidade semântica de um posicionamento, a partir do princípio segundo o qual essa identidade se constituiu em um campo discursivo determinado, através do interdiscurso”, isto é, desde seus primeiros estudos, o autor compreende a polêmica não como simples oposição de ideias, mas como um processo discursivo no qual as identidades dos enunciadores se constroem e se tensionam mutuamente dentro de um campo de sentidos compartilhados. Nesse contexto, o interdiscurso funciona como o espaço em que se delineiam as fronteiras entre o “eu” e o “outro”, revelando que o sentido nasce da relação conflituosa e não da estabilidade. Atualmente, essa concepção se amplia ao

se observar que a polêmica, especialmente nas dinâmicas comunicativas contemporâneas — marcadas pelas redes sociais e pela circulação acelerada de discursos —, tende a privilegiar a lógica das controvérsias em detrimento do debate argumentativo. A polêmica, então, deixa de ser apenas um embate teórico ou ideológico e passa a integrar a própria estrutura do discurso público, em que as posições se definem não pela busca do consenso, mas pela afirmação identitária e pela disputa de visibilidade simbólica. Com efeito, para pensar a polêmica, segundo Maingueneau, é preciso levar em consideração duas ordens: 1) a ordem semântica: “em que cada um dos posicionamentos se constrói de maneira regulada a partir do outro” (MAINGUENEAU, 2025, p. 55); 2) a ordem pragmática: a polêmica como controvérsia. Essa divisão é fundamental para compreender a complexidade do fenômeno polêmico, pois permite observar tanto o modo como os sentidos se organizam e se delimitam mutuamente (ordem semântica), quanto as estratégias discursivas que dão forma à interação conflituosa entre os interlocutores (ordem pragmática). Ao distinguir essas duas dimensões, o autor evidencia que a polêmica não se reduz a um simples enfrentamento verbal, mas constitui um espaço de produção de sentido no qual os discursos se estruturam pela diferença e pela resposta ao outro. Assim, compreender a polêmica implica reconhecer seu papel constitutivo nas práticas discursivas, já que é por meio dela que se manifestam, de modo regulado e dinâmico, os jogos de poder, de identidade e de legitimidade que atravessam o discurso. Para o autor, em sua conclusão, não é possível falar de polêmica sem considerar, evidentemente, os discursos como um fenômeno discursivo que ultrapassa o simples embate entre posições antagônicas, integrando dimensões semânticas, pragmáticas e históricas. Sua abordagem evidencia que as controvérsias não apenas configuram a identidade dos sujeitos discursivos, mas também estruturam campos de saber e de poder, nos quais se definem os limites do que pode ser dito e reconhecido socialmente. Ao destacar o caráter polissêmico e dinâmico das trocas discursivas, o autor reafirma que o discurso se constitui sempre em relação ao outro — em um espaço de tensão e diálogo permanente. Assim, o estudo da polêmica, em Maingueneau, não se restringe a uma categoria analítica, mas se revela como chave interpretativa para compreender a própria natureza heterogênea e conflitiva do discurso contemporâneo.

O discursivista francês finaliza esse segundo bloco de textos, discutindo a questão do *ethos*. Nesse sentido, Maingueneau tem pensado o *ethos* discursivo como uma ferramenta analítica elementar para a AD, embora ressalte a instabilidade conceitual do termo, principalmente, diante das novas formas de comunicação no mundo digital, seja em âmbito discursivo ou não. Antes dele, outros estudiosos já haviam se debruçado sobre a questão. Nas palavras do analista (2025, p. 69, grifos do autor), “o que seria *ethos* de “camponês”, (...) “comunista”,

“rural”, “profético” etc.”? Para chegar a esses termos, há muito o que considerar, em especial, a complexidade envolvida na definição. Aristóteles (1967), em sua Retórica, enfatizava a ideia de *ethos* para tratar da credibilidade moral e do caráter do orador. Mais tarde, Ducrot (1984) questionou essa concepção, propondo que não se tratava de uma imagem prévia do locutor. O linguista francês identificou dois tipos de locutores: o Locutor-L (manifestado no instante da enunciação) e o locutor- λ (situado no exterior do enunciado). Diferentemente de Maingueneau, Ducrot privilegiou o *ethos* não discursivo, embora tenha reconhecido também o *ethos* verbal. Para ele, os *ethé* projetam-se no enunciador (locutor- λ), ligados a posições sociais que ocupam ou, porventura, venham ocupar. O *ethos* verbal, por sua vez, surge na própria enunciação, como em “Tenho vergonha de falar sobre isso”. De forma semelhante, Maingueneau (2025) esclarece que o *ethos* discursivo ocorre por meio do *ethos* dito (corresponderia ao *ethos* verbal “feito” pelo Locutor-L) e/ou *ethos* mostrado (em outros termos, seria o *ethos* não discursivo “realizado” pelo locutor- λ).

Amossy (2011), por outro lado, entende o *ethos*, argumentativamente, como construção discursiva da imagem de si para abordar identidade(s), ou melhor, considera-o um efeito discursivo da/na enunciação, uma vez que se trata de uma “alegoria” e, portanto, não corresponde ao indivíduo nem pessoa física nem jurídica. Longe de ser um ornamento retórico, o *ethos* é um dos elementos constitutivos da argumentação, estabelecendo articulação com o *pathos* (emoções) e o *logos* (argumentos) para, assim, projetar sua identidade no ato da enunciação. Dito de outra maneira, o *ethos* não depende exclusivamente do orador (tal qual na Retórica), mas sim da discursividade. Diferentemente de Aristóteles e Ducrot, a autora francesa traz à baila a interação social. Isso quer dizer que os *ethé* são construídos na relação entre sujeitos pelo/no discurso por ambos: locutor e interlocutor.

Maingueneau (2025) entende não ser possível reduzir o *ethos* a uma alegoria ou a um juízo sobre o enunciador. Trata-se, antes, de um componente constitutivo do discurso, cuja complexidade é acentuada nos ambientes digitais. Ao revisar contribuições anteriores de outros teóricos e dele mesmo, o pesquisador retoma a empreitada de conceituar essa terminologia, levando em conta o seu arcabouço teórico. Inicia por identificar o *ethos* como um dos aspectos da cena da enunciação, influenciando a cena englobante, a cena genérica e a cenografia os quais são sempre permeados por posicionamento(s) ideológico(s). Nos ambientes virtuais, ele observa a coexistência de dupla cenografia: a verbal (a tela) e a digital, devido ao iconotexto (as imagens), bem como à tessitura reticular, que inclui tanto as redes internas (o agenciamento de páginas feito por desenvolvedores e gestores de sites) quanto externas (os links propriamente ditos). Como os websites são

constituídos por módulos heterogêneos, formando um verdadeiro mosaico, caso um internauta navegue em um *blog*, certas cores e a iconografia sugestiva podem revelar o *ethos* intimista, ainda mais se não houver ou evitar o emprego de *links* (internos/externos).

Ao se aprofundar, a perspectiva maingueneana, independentemente da focalização do enunciado, traz a distinção entre *ethos* “enquadrante” e “enquadrado”, bem como alerta para a possibilidade de seu apagamento. Para ilustrar o primeiro tipo, a partir de um metaenunciador, Maingueneau (2025) considera um *site* de relacionamentos, pelo qual se consegue identificar um *ethos* pessoal, e estes níveis de interação estão presentes: *software* do *site*, concepção da página e escolhas locais (fonte, título, tamanho do texto e outros aspectos do *leiaute*). Cada um deles promove a existência de algum tipo de *ethos*, como se fosse uma matriz. O *ethos* “enquadrante” refere-se ao *ethos* global, o qual enquadra o discurso como um todo. Relaciona-se ao tom geral do discurso desde a postura de um locutor até o modo como ele se posiciona em relação ao interlocutor. Funciona como uma espécie de moldura – por isso, enquadrante – orientando a interpretação do discurso. A título de exemplificação, é possível dizer que um artigo científico tem como *ethos* “enquadrante” a objetividade e a racionalidade, mesmo que em cada trecho possam aparecer vozes distintas. O *ethos* “enquadrado” é construído dentro do próprio discurso, ligado a instâncias enunciativas ou vozes específicas que aparecem no discurso. São os *ethé* locais, que se deixam ver em certos enunciados. Para exemplificar, o pesquisador cita o *ethos* “enquadrante” de seriedade e credibilidade jornalística em um editorial. Nesse caso, o *ethos* “enquadrado” seria irônico, indignado ou conciliador em determinados trechos. Em suma, o *ethos* “enquadrante” envolve todo o discurso, ao passo que o *ethos* “enquadrado” surge em momentos pontuais. Além dessas ideias, o autor propõe a existência de saliências (destaques ou projeções) do *ethos*, tais como: o *ethos* pessoal (com heterônimos ou diversas personalidades), *ethos* coletivo (“categorial”, “experencial” e “ideológico”) e o de marca (formas publicitárias que – separadas ou concomitantemente – sejam mais ousadas, realçando a qualidade de produtos, ou tradicionais, priorizando a marca). Dessa forma, o estudioso exemplifica com a possibilidade de *sites* universitários combinarem dois *ethé* de marca, mesclando o institucional – a qualidade – e o nome em si da instituição.

Considerando a existência de sujeitos que empregam pseudônimos e/ou se mantêm no anonimato ou mesmo a multiplicidade de identidades em cenas midiáticas *via internet*, por exemplo, Maingueneau contrasta “*ethos* discursivo” *versus* “*ethos* prévio/pré-discursivo”, porque entende que o leitor consegue, de alguma maneira, representar, discursivamente, o locutor. Nesse sentido, ele apresenta três instâncias: a) “categorial”, que é extradiscursiva por ser correlata a

uma função social (“pai de família”, “separada”, “professor”, “influenciador digital” e assim por diante); b) “experencial”: é sociopsicológica (“a moral e os bons costumes”, “empreendedor”, “corajoso”, “folgado” e outros); c) “ideológica”: legitima formações discursivas ou uma formação ideológica (“feminista”, “esquerdista”, “conservadora” etc.). E necessário entender, ainda, que essas instâncias ocorrem de modo articulado – uma não limita a outra –, e que o gênero e o tipo de discurso também exercem algumas influências para a identificação do *ethos*. Em outras palavras, depreende-se que o discurso materializado na tela de um computador, referente a um *site* específico, seria de um professor corajoso esquerdista ou de uma freira empreendedora feminista. Embora o *ethos* se manifesta em quaisquer produções semióticas, o pesquisador assinala a possibilidade de promover seu apagamento, seja pela omissão de uma fonte, seja pela ênfase desmedida na dimensão funcional de páginas digitais, nas quais a centralidade é deslocada para a maior comodidade de navegação e para atender às expectativas dos internautas (públicos-alvo de determinado *website*) em detrimento da constituição de uma identidade discursiva. E mesmo após ter feito essas diversas ponderações sobre *ethos*, ele próprio as considera insuficientes.

No que se refere à questão do discurso constituinte: o jurídico e o filosófico, Maingueneau (2025) dedica-se inicialmente ao discurso jurídico, o qual pode ser analisado de diversas perspectivas, considerando: características lexicais, sintáticas, enunciativas, foco antropológico e, sobretudo, a partir do universo do discurso. O autor classifica-o como “discurso constituinte”, uma vez que, assim como o científico e o filosófico, é cercado de “leis”, exerce certa autoridade e, por isso, busca sobressair-se diante de outros, instaurando certa ordem. É necessário considerar ainda que ele se submete a métodos e à determinada ética, transparecendo cientificidade, aproximando-se da ideia de “verdade”.

Os “discursos constituintes” caracterizam-se, em tese, pelo seu alcance e caráter global, por serem elaborados a partir de um “corpo” de enunciadores, em nome de instituições e em espaços sociais restritos. Em geral, são compostos por uma multiplicidade discursiva, estão imbricados e, portanto, não são simplesmente colocados lado a lado, de forma isolada, principalmente, porque são interligados a uma paratopia, ou seja, pertencem a anseios sociais incongruentes. Maingueneau (2025, p. 89, destaque do autor) sublinha que “a sociedade só pode se apresentar como uma rede de lugares legítimos se atravessada por “lugares” problemáticos”.

O discurso jurídico, por vezes, apresenta relação com discursos religiosos (nos quais as leis são submissas a Deus; no caso, da Igreja Católica, há inclusive um Direito Canônico) e/ou filosóficos (para exemplificar, pode-se mencionar a Filosofia Iluminista que influenciou fortemente a constituição dos Direitos Humanos). “Existe uma Filosofia do Direito, mas os filósofos são, na condição de cidadãos, submetidos

ao Direito, e a Filosofia é por natureza fortemente preocupada com a juridicidade” (Maingueneau, 2025, p. 89). Essa categoria do discurso teria como interlocutor o povo que seria o mais beneficiado. Embora o Código Civil, por exemplo, seja extenso, pode ser consultado parcialmente para atender a situações específicas, revelando a coexistência entre totalidade e fragmentação – outro traço marcante dos “discursos constituintes”. Esse tipo de discurso – jurídico – não está submetido à noção de campo discursivo, segundo Bourdieu (1976), como os demais “discursos constituintes”, pois estes são compostos por discursos primários e secundários. Maingueneau (2025) rebate essa ideia, constatando que, apesar de o discurso jurídico apoiar-se em um suposto apagamento de conflitos, na Filosofia do Direito, por exemplo, há várias áreas teóricas que podem divergir entre si; inclui-se ainda a Teoria Geral do Direito. Nesse sentido, o escritor assevera que determinados posicionamentos aí circunscritos podem ser mobilizados para pautar interpretações da legislação. Assim, esse discurso interfere (in)diretamente nos conflitos, procurando solucioná-los ou até mesmo deixando-os à margem. Em um discurso jurídico, o *ethos* de um legislador pode manifestar valores como imparcialidade (apesar de um discurso jamais ser imparcial) e universalidade. Há alguns gêneros do discurso (como códigos legislativos) que deixam transparecer um *ethos* “descorporado” devido ao fato de que quem os venha a produzir pertença a uma comunidade mais ampla, porém com normas restritivas.

Com base em Bourdieu (1976), Maingueneau (1983), distingue o discurso jurídico dos demais “discursos constituintes” por não se sujeitar à ideia de campo, isto é, os confrontos entre práticas sociais divergentes (dogmas, movimentos, perspectivas teóricas etc.). Ao mesmo tempo em que a lei é uma máquina que deixa conflitos à margem, ela os destaca e os estrutura para melhor arbitrá-los, configurando-se como um mecanismo de resolução. No caso do jurídico, essa função constitutiva aparece na forma de um dizer que se pretende impessoal, universal e normativo, sustentando uma relação de privilégio com a lei e a ordem social. A autoridade, nesse caso, não advém apenas de quem os profere (juízes, legisladores, advogados e outros), mas do próprio sistema de enunciação, ou melhor, das formações discursivas que se legitimam por meio de rituais, fórmulas e procedimentos institucionalizados.

A análise de Maingueneau mostra-se fecunda, porque articula o discurso jurídico a um regime de enunciação específico, que exige a exclusão de marcas subjetivas e a adoção de uma linguagem codificada, distante do uso cotidiano. Essa formalização, longe de ser neutra, reforça a imagem de imparcialidade e de universalidade da lei, ao mesmo tempo em que silencia vozes e experiências que não se enquadram nesse molde. Contudo, o discursivista também abre espaço para mais uma problematização. Ao definir o discurso jurídico como “constituente”, o

autor enfatiza sobretudo sua dimensão de fundação e autoridade, deixando em segundo plano as tensões, contradições e disputas ideológicas que atravessam o campo jurídico. Perspectivas inspiradas em Michel Foucault ou Pierre Bourdieu poderiam, nesse ponto, apontar que o discurso jurídico, longe de ser apenas um discurso “constituente” autossustentado, também é um lugar de poder e de reprodução de hierarquias sociais, permeado por conflitos históricos e políticos.

Ainda assim, uma das contribuições decisivas desse trabalho de Maingueneau para a AD refere-se à ampliação do olhar sobre o Direito em si, não como simples prática discursiva ou técnica argumentativa, mas como um espaço de constituição dos efeitos de sentido e de legitimação social. Essa abordagem ajuda a compreender por que decisões judiciais, mais do que aplicar normas, produzem realidades discursivas que “organizam” a vida coletiva, logo, trazem impactos sociais (in)diretos. Tal conhecimento abre caminho para investigações inter/transdisciplinares para problematizar como o jurídico participa da reprodução ou contestação de hierarquias sociais – evidenciando como desigualdades, exclusões e silenciamentos são reforçados –, pensar o direito como prática cultural, e não apenas como sistema normativo fechado.

Depois de esclarecer questões concernentes ao discurso jurídico, Maingueneau volta-se ao discurso filosófico – imerso em uma rede de gêneros do discurso, tais como: teses, dicionários e tratados – que pode apresentar quatro papéis fundamentais: “pensador”, “gestor”, “vulgarizador” e “ensaísta”; os dois primeiros internos ao espaço da filosofia, os dois últimos, externos. Isso permite ao leitor captar sutilezas, tais como: clareza conceitual, relevância institucional e implicações. Comumente, um filósofo é entendido apenas como um especialista em Filosofia. Entretanto, o pesquisador francês faz uma reflexão mais assertiva e entende que esses sujeitos traçam as fronteiras de sua identidade enunciativa, pois atuam como “pensadores”, ou seja, essencialmente, são os criadores desse campo. Nesse papel, alimentam o *Thesaurus* com textos/discursos que preenchem determinadas lacunas conceituais de suma importância e, de certa maneira, fazem com que os cientistas reconheçam a relevância da gama de seus trabalhos: metafísica, política, lógica, linguagem, religião, ética/moral, estética e ciência. Em muitos casos, porém, esse reconhecimento ocorre apenas postumamente. O papel de um “gestor” pode assumir a função de “cartógrafo”, ao (re)estruturar o conjunto de obras, ou de “animador”, ao atualizar textos, propor releituras e fazer adaptações a fim de mostrar sua pertinência contemporânea. Assim, um “gestor” é capaz de ganhar notoriedade e se transformar em um “pensador”, como ocorreu com Althusser, cuja primeira obra pautou-se na interpretação do pensamento montesquiano.

Assim, são os “gestores” que consolidam grande parte do espaço filosófico, estabelecendo limites, revisitando fronteiras ou evidenciando tensões nas margens desse discurso. Se por um lado, a) os “pensadores” são aqueles que elaboram doutrinas filosóficas ou até mesmo fazem emergir sistemas conceituais e visões filosóficas com pretensão teórica e b) os “gestores” contribuem para a estabilização da instituição filosófica, por outro, os “mediadores” criam pontes entre a filosofia institucional e os públicos externos por meio dos “vulgarizadores” e dos “ensaístas”. Enquanto os primeiros (dos tipos de “mediadores”) tornam a filosofia mais acessível para quem não é especialista na área, os segundos produzem textos com aparência filosófica, orientados para leigos, mas são reconhecidos como filósofos ou buscam legitimidade institucional. Maingueneau ilustra essas categorias com exemplos da Filosofia contemporânea, mencionando Michel Serres e Michel Onfray. Ele demonstra como alguns filósofos transitam entre esses papéis ou combinam posições, bem como explicita as tensões e desafios existentes em se situar nesse espaço: legitimidade institucional, reconhecimento, equilíbrio entre rigor filosófico e acessibilidade, por exemplo.

Apesar de Maingueneau deixar de oferecer uma metodologia extensiva para identificar empiricamente em grande escala o *ethos* filosófico, ele esclarece que a paratopia é uma constante no/do pensamento filosófico. Isto porque a Filosofia sempre responde a um anseio social, ou seja, busca solucionar algum problema da sociedade. Portanto, o discurso filosófico é simultaneamente “condição e produto da enunciação”. A paratopia supõe uma posição paradoxal do sujeito no discurso: ele nunca está plenamente dentro, nem totalmente fora de uma “comunidade”, instituição ou campo discursivo. Ocupa, portanto, um lugar instável e ambíguo. É nessa tensão que se produz a legitimidade e a singularidade do discurso. Para a AD, a paratopia é importantíssima porque mostra que todo discurso é atravessado por contradições e tensões, à vista disso, a identidade discursiva nunca é fixa, mas construída na instabilidade.

Na última parte de seu livro, Maingueneau trata da questão da multienunciação. Nesse sentido, inicialmente, Dominique Maingueneau – com base em uma aproximação entre a Análise do Discurso e a Retórica – trata da temática da “vulnerabilidade”. Atualmente, esse tema tem sido muito debatido no âmbito das Ciências Sociais. Todavia, a abordagem proposta pelo discursivista francês diverge daquela proposta pelos estudos sociológicos, uma vez que, segundo o autor a “discussão não é sobre a emoção em si, mas sobre a mediação entre pessoas apresentadas como dignas de pena e um público que deve ser mobilizado ao seu favor” (p. 126). Para discutir essa questão, a exemplo de outros capítulos, Maingueneau não mobiliza um *corpus* amplo, mas uma coleção de exemplos – matérias jornalísticas, *sites*, canções, vídeos etc. Nesse sentido, segundo o autor “é

difícil constituir um *corpus* sobre questões relacionadas ao apelo à piedade sem caracterizar as enunciações em que o apelo a esse sentimento se encontra em primeiro plano” (p. 127). Nesse caso, as situações enunciativas analisadas estão limitadas àquelas em que se institui um porta-voz de pessoas cuja fala é inaudível. Com efeito, o pesquisador francês, no tocante às representações acerca da circulação dos enunciados em nossa sociedade, propõe a existência de duas esferas: uma alta e a outra baixa. Na esfera alta, estão os locutores que têm o poder de agir, portanto, sua fala é digna de ser ouvida. Em contrapartida, na esfera baixa, estão os locutores que precisam de mediadores para que sua voz seja digna de ser ouvida. Com essa discussão Maingueneau busca dar conta dos locutores “sem voz”, àqueles que pedem intervenção de mediadores, de “porta-vozes”. Trata-se de um dispositivo de enunciação que, nas palavras do autor, se situam numa “zona cinzenta onde podem ser desenvolvidos dispositivos muito diversos, cujas fronteiras são, de um lado, o discurso político e, de outro, o campo estético” (p. 151).

Na sequência, Maingueneau trata da fratura discursiva. Algo que poderia ser inicialmente pensado no âmbito da sociologia como polarização política. Para o discursivista, contudo, a fratura discursiva se inscreve em francês “em uma matriz na qual figuram fórmulas como ‘fratura social’ e ‘fratura digital’” (p. 168). A primeira tem a ver com a oposição entre as elites, que estariam integradas a um mundo globalizado e a classes populares, que tendem a um retraimento identitário. Já a segunda se inscreve na desigualdade de acesso à tecnologia digital. Nesses dois casos há uma oposição entre os privilegiados e os excluídos da sociedade. A fratura discursiva está mais próxima da fratura social do que da digital, não podendo, todavia, ser reduzida a uma oposição entre o global e o local ou entre o povo e as elites. Essa fratura, independentemente da questão econômica, exclui lugares de discurso com autoridade muito forte com base numa suposta deficiência moral dos locutores envolvidos. Deficiência essa que é indissociável de uma deficiência epistêmica, que se traduz em um superinvestimento de canais de comunicação incontroláveis e de larga difusão, possibilitando modos de enunciação não normatizados. A questão central aqui é como os analistas do discurso devem lidar com essa fratura discursiva: mostrar as deficiências dos enunciados dos locutores-P, realizando um trabalho útil à sociedade ou avançar na discussão sem ser enredado por essa fratura. Com efeito, a fratura discursiva na interação com o discurso político atual pode ter consequências graves, como mostram o desenvolvimento de movimentos sociais incontroláveis, possibilitando a chegada ao poder de lideranças políticas autoritárias e irresponsáveis como Trump nos EUA, Erdogan na Turquia e Bolsonaro no Brasil.

Por último, Maingueneau trata da questão dos multilocutores e dos *slogans* em cartazes de campanhas eleitorais. No que tange à multilocução, o autor vai defini-la como uma enunciação que é ao mesmo tempo una e plural. Essa unicidade e pluralidade enunciativa tem a ver com a proposta de Benveniste, que ao pensar a relação entre o “eu” e o “nós” vai nos mostrar que o “nós” não é uma ampliação de vários “eus”, mas a possibilidade mesmo de se ter distintos referentes: um que seria da organização de um “nós” de inclusão (eu + tu) e um outro “nós” de exclusão (eu + ele). No entanto, a proposta de Maingueneau difere da de Benveniste, pois para esse último autor a multilocução se inscreve no sistema da língua, ou seja, o próprio sistema linguístico prevê esse tipo de fenômeno enunciativo. Para o discursivista francês, a multilocução não está prevista no sistema da língua e sim na possibilidade que os locutores têm de, ao enunciar, se inscrever num *Thesaurus* de diversos discursos constituintes. Nesse sentido, o crente ao orar estabelece uma relação entre a sua voz e a voz de uma determinada comunidade religiosa, operando dessa forma uma integração em um só corpo do seu corpo individual e o corpo imaterial de uma comunidade religiosa. Na sequência, Dominique Maingueneau trata de um “uso particular do *slogan* político: quando, em cartazes, panfletos ou promessas de campanha, (esse enunciado de curta extensão) se associa à fotografia de um candidato à eleição” (p. 197). Para dar conta discursivamente desse objeto, o autor se vale de outras duas problemáticas, por ele tratadas recentemente: a das aforizações, presente de maneira mais aprofundada no livro “As frases sem texto” e a dos enunciados aderentes, mais bem sistematizada no livro “Os enunciados aderentes”. Essa é a primeira vez que o discursivista francês aproxima essas duas problemáticas, que *a priori*, notadamente se dermos uma vista d’olhos sobre o que está escrito, nos livros “As frases sem texto” e “Os enunciados aderentes”, não teriam nenhuma relação. Em relação aos *slogans*, como *corpus*/coleção de exemplos, Maingueneau retoma alguns cartazes mobilizados por distintos candidatos, em diferentes espectros políticos, nas eleições presidenciais francesas de 2017 e de 2022.

Nesse sentido, uma primeira constatação de Maingueneau é a de que os cidadãos franceses no período eleitoral são confrontados com diferentes gêneros de *iconotextos*, “em que a foto de um candidato é associada a um *slogan*”. Com efeito, “cada nome próprio é acompanhado da foto de um rosto e de um *slogan*, que se pode dizer icônico, no sentido de que faz parte do cartaz, não podendo ser apreendido, independentemente da imagem” (p. 198). Mais à frente no seu texto, Dominique Maingueneau, após ter feito uma espécie de síntese do que asseverou até aqui, distinguindo três funcionamentos discursivos distintos dos *slogans*: 1) o das aforizações autônomas, que poderiam ser enunciadas oralmente independentemente da imagem do candidato (“A França deve ser uma

oportunidade para todos’); 2) O das aforizações-eco (‘Mulher de Estado’) e 3) O dos *slogans* lema (‘Recolocar a França em ordem’), proporá que em todos os casos se encontram associados uma imagem (a fotografia de um indivíduo) a um enunciado. Essa associação entre uma imagem de um candidato e um enunciado pode ser apreendida por meio da problemática dos enunciados aderentes (Maingueneau, 2020 e 2021). Nessa problemática da aderência para além da contiguidade entre um enunciado e um suporte ‘O dado é um limite para o delírio’, grafado na sacola do Cenas deste ano, tem muita relevância para o autor a questão do suportador. Diferentemente de inscrições feitas nos corpos das pessoas em manifestações, cujo suporte é o próprio corpo das pessoas, no caso dos *slogans* icônicos analisados, temos um *suportador icônico*, pois, por um lado, trata-se de um suportador que é representado como um ícone: um ser único e exemplar e, por outro, um ser cristalizado em uma pose atemporal e significativa. Além disso, nos *slogans* analisados, o *suportador icônico* partilha um traço com o *slogan* icônico: ambos foram destacados. O *slogan* é duplamente destacado: de qualquer situação de enunciação e de qualquer texto; por sua vez, o corpo ao qual ele é contíguo é apenas uma parte do indivíduo em questão e se encontra de qualquer contexto particular. Esse duplo destacamento permite integrá-los nos iconotextos de uma campanha eleitoral, ou seja, um campo onde se enfrentam atores que se apresentam como se encarnassem valores, que transcendem o momento presente.

Para finalizar, segundo Maingueneau, esse corpo não é, portanto, o de um locutor: nem um candidato é sequer mostrado falando. Trata-se de um corpo abstrato, reduzido à sua parte nobre, um corpo estático que, em um espaço destacado do cotidiano, encarna os valores que escapam ao *hic et nunc* da eleição. O político implica, de fato, uma rejeição de um corpo orgânico em prol de um corpo investido pela linguagem e que tem uma dupla função: representar uma comunidade e sustentar uma visão de mundo.

Eis aqui mais um livro de Dominique Maingueneau que opera com/n’As *Margens do discurso* fazendo-o ranger, isto é, render o máximo.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. *La Présentation de soi*. Ethos et identité verbale. Paris: PUF, 2011.
ARISTÓTELES. *Rhétorique*. Tradução e notas de Médéric Dufour. Paris: Les Belles Lettres, 1967.
BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique, Actes de la recherche en sciences sociales, n. 2-3, p. 88-104, 1976.
DUCROT, Oswald. *Le Dire et led it*. Paris: Minuit, 1984.

MAINGUENEAU, Dominique. *Sémantique de la polemique*. Lausanne: L'Âge d'Homme, 1983.

MAINGUENEAU, Dominique. Os enunciados aderentes. *DELTA*, v. 36, n. 3, p. 1-22, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/J3zZSJpzLnFLLRrn8jh6hgp/?lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2024.

MAINGUENEAU, Dominique. *Analyser les textes de communication*. 4. ed. Paris: Armand Colin, 2021.

MAINGUENEAU, Dominique. *As margens do discurso*. Organizado por Nelson Barros da Costa, Maria das Dores Mendes, José Wesley Matos. Tradução de Adriano Souza Marinho, Artur Viana do Nascimento Neto, Gabriel Moreira Peixoto, Janaína Muniz Cavalcanti, José Wesley Matos, Maria Clara Gomes Mathias Cavalcante, Maria Nielma Gonçalves Belo, Nelson Barros da Costa, Wescley Batista Lopes. São Paulo: Contexto, 2025.